

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ



PLATAFORMA DA CAMPANHA SALARIAL DE 2021

A grave crise que vive o Brasil, não pode e não deve passar despercebida do debate sobre os desafios e perspectivas do ano em curso para os servidores no âmbito federal, estadual e municipal. A começar pela aguda crise sanitária, provocada pelo avanço vertiginoso do número de casos e de óbitos pelo covid-19, grande parte destes alicerçados no negacionismo e na política adotada pelo governo central, de não obedecer minimamente aos protocolos sanitários de segurança designados pela OMS e por demais segmentos ligados a saúde.

As demais crises política, econômica e social, desencadeadas a partir do golpe proferido contra a presidente Dilma e aprofundada com o governo ultra

neoliberal e privatista de Bolsonaro, estão na pauta diariamente em todos os meios de comunicação do país. Temas como regulamentação do NOVO FUNDEB, ainda pendente e sob pressão das entidades educacionais, bem como a Lei Nº 12.858/13 - que destina para as áreas de educação e saúde parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural - ao lado de outros temas, como a importância e melhorias do SUS, a reforma tributária com taxaço de grandes fortunas e a ampliação de políticas de inclusão de renda, são pautas que precisam constar nos debates da municipalidade no pós-pandemia.

As “deformas” em curso estão sendo combatidas com dezenas de convocações das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, para irmos às ruas evitar o fim de nossos direitos trabalhistas e da seguridade social (saúde, assistência social e previdência). Mobilizações estas que não foram suficientes (muitos ficaram em casa), mas conseguiram barrar a destruição total, principalmente da previdência, que continua pública, ao invés de privatizada e capitalizada, como queria o Ministro da Economia e o atual Presidente do Brasil.

É dentro deste cenário de extremas dificuldades que construímos a pauta da CAMPANHA SALARIAL 2021 para os servidores públicos municipais de Icapuí, destacando ajustes e correções a serem implementados na gestão de forma propositiva, com o intuito não só de assegurar os avanços remuneratórios e as conquistas na carreira, mas também corrigir distorções que acarretam inchaço na folha e comprometem o custeio da máquina pública.

A começar pelo acúmulo descabido de várias centenas de licenças-prêmio que acarretou um ativo equivalente a mais de 4 folhas brutas do erário municipal. Os servidores têm, pelas regras aplicadas atualmente para concessão, cerca de 800 licenças-prêmio vencidas (dados referentes a levantamento feito em novembro de 2019) pelos números da folha do mês de outubro de 2020 que foi de R\$ 1.947.808,42 (um milhão novecentos e quarenta e sete mil oitocentos e oito reais e quarenta e dois centavos). Esse número de licenças, a preço da folha de outubro de 2019, importa num montante

de R\$ 8.440.503,15 (oito milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e três reais e quinze centavos), o que demonstra de forma cristalina que algo precisa ser feito de forma muito austera, no sentido não só de mitigar os gastos com folha, como também rever algumas situações como: critérios de concessão de licença prêmio, desvios de função, acúmulo de cargo, horário corrido sem o devido respeito ao princípio da economicidade, definição de funções para os readaptados, entre outros, sob pena de colapsar as finanças da municipalidade.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ



Os gastos com folha referente ao ano de 2020, sobretudo, apresentam uma escalada preocupante no que se refere aos percentuais de prestadores de serviços e de custos na folha com esses servidores (30,59%, o maior dos últimos três anos, e 42,18% do total de servidores, conforme folha de outubro/2020) o que sem dúvida, junto a outros fatores, deram à despesa total com pessoal no segundo quadrimestre de 2020 um percentual de 58,99% ultrapassando todos os limites observados na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Historicamente, a gestão de pessoal vem sendo um problema central nos governos municipais, como uma ferida que não é tratada, e que tampouco cicatriza. É cirúrgica a necessidade de equacionar a menor esses números na perspectiva de potencializar o custeio da máquina pública, racionalizando gastos e otimizando os recursos. Levando-se em conta que em Icapuí a média de servidor efetivo por número de habitantes atualmente é de 2,7 servidores por 100 habitantes,

considerando apenas os efetivos. Já observando efetivos e prestadores no mês de outubro, essa relação passa para 5,8 servidores para 100 habitantes, sendo que a média aconselhada é entre 2 a 4 servidores por 100 habitantes. Esses números indicam a necessidade real de melhor aproveitamento do quadro de servidores existentes através dos Planos de Cargos e Carreira como instrumentos peculiar de valorização dos servidores maximizando os serviços e mitigando os gastos.

Acostada a esse panorama financeiro oriundo de um conjunto de desacertos passivos de correção apresentamos a pauta dos servidores para 2021.

- Organização e gestão de pessoal e contingenciamento de folha;
- Continuidade efetiva do processo de saneamento do Icaprev, com aprovação de legislação municipal que garanta os repasses em dia e a escolha por parte dos servidores do gestor do instituto de previdência;
- Reforma previdenciária com amplo debate com os servidores, governo, Legislativo, Ministério Público e sociedade em geral;
- Reposição do percentual de 9,6% para a carreira do magistério referente ao acumulado de 2018/2019 e 2020;
- Aplicação do piso dos Acs's e Ace's;
- Aplicação da redução de $\frac{1}{4}$ da carga horária dos servidores nos últimos 5 anos de exercício da função no cargo de origem (obedecidos critérios estabelecidos em legislação específica);
- Discussão de minuta com sugestões de construção de um PL que altera e/ou aperfeiçoa aspectos da lei 632/13;
- Criação de um calendário de pagamento;
- Ampliação de carga horária para professores de 100h para 150h (a partir de uma avaliação para esse fim);
- Incorporação ao vencimento do GAP.
- Recomposição do IPCA de 4,23% para todos

“

O erário público municipal não conseguirá manter direito e conquistas dos servidores, sem que seja cobrado minimamente os deveres outorgados pela legislação municipal. Se nada for feito no sentido de corrigir essas distorções, haveremos num momento bem próximo de vermos nossos proventos faltarem.

Celestino Cavalcante
Presidente do SINDSERPUMI.

Negociar, Avançar e Conquistar.



É preciso conhecer e reconhecer conquistas.

Janeiro de 2021